

---

**OM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS  
E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.  
CNPJ 11.495.073/0001-18**

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Aos  
Cotistas e Administradores da  
OM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.  
São Paulo - SP**

**Opinião com ressalvas**

Examinamos as demonstrações contábeis da OM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Distribuidora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da OM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Base para opinião com ressalvas**

**Bloqueios judiciais**

Conforme Notas Explicativas nº 6.a e 14, a Distribuidora é parte passiva em processos judiciais e de fiscalizações, que resultaram na apreensão de ouro, determinados documentos e bloqueio de bens da Distribuidora decorrente de aquisições de ouro extraído na região norte do Brasil. Em decorrência desses processos, a Distribuidora possui, em 30 de junho de 2019, o total de R\$ 13.228 mil em ouro e moedas, apreendidos ou bloqueados, conforme descrito na Nota Explicativa nº 6, contabilizados na conta “devedores por depósitos em garantia”, no grupo Ativo circulante, Outros créditos. Os assessores jurídicos classificaram estes processos como perda remota, o que motivou a Administração a não proceder provisão para perdas futuras. Além deste montante, pelos mesmos motivos houve novo processo judicial, no montante de R\$ 70.277 mil, conforme Nota Explicativa nº 14, para os quais a assessoria jurídica da Distribuidora julgou sua probabilidade de perda como sendo possível. Estes processos estão em andamento e não nos foi possível, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, obter evidências adequadas e suficientes para opinarmos sobre a eventual necessidade de serem reconhecidas perdas sobre tais processos. Além disso, a Administração optou por não apresentar naquelas notas explicativas o detalhamento destes processos e seus respectivos valores envolvidos. Como consequência, as notas explicativas não estão sendo apresentadas de forma a permitir o adequado entendimento sobre os valores registrados naquela rubrica, assim como não nos foi possível determinar a existência de eventuais impactos sobre as demonstrações contábeis da Distribuidora findas em 30 de junho de 2019 em decorrência da insuficiência de provisão sobre estes valores.





---

## Processos cíveis em andamento

Conforme Nota Explicativa nº 14, em 30 de junho de 2019 a assessoria jurídica da Distribuidora apontou como perda possível o montante de R\$ 10.687 mil decorrentes de processos relacionados com indenização por perdas e danos. Estes processos estão em andamento e não nos foi possível, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, obter evidências adequadas e suficientes para opinarmos sobre a eventual necessidade de serem reconhecidas perdas sobre tais processos. Além disso, a Administração optou por não apresentar naquelas notas explicativas o detalhamento destes processos e seus respectivos valores envolvidos. Como consequência, as notas explicativas não estão sendo apresentadas de forma a permitir o adequado entendimento sobre os valores registrados naquela rubrica, assim como não nos foi possível determinar a existência de eventuais impactos sobre as demonstrações contábeis da Distribuidora findas em 30 de junho de 2019 em decorrência da insuficiência de provisão sobre estes valores.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

## Outros assuntos

### Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Distribuidora findas em 30 de junho de 2018 foram por nós examinadas e nosso relatório, emitido em 13 de dezembro de 2018 continha ênfase decorrente da fiscalização realizada pela Polícia Federal do Brasil, que resultou na apreensão de ouro, determinados documentos e bloqueio de bens da Distribuidora, até que o processo decorrente desses bloqueios seja julgado. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Distribuidora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.





---

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2020.

**Paulo Sérgio Barbosa**  
Contador CRC 1 SP 120359/O-8

